



Anais da Assembleia

Nº 80

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 02 DE AGOSTO DE 1979.

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 75ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 02 DE AGOSTO DE 1979

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 69/79

Curitiba, 26 de junho de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social e os Municípios adiante especificados, objetivando a distribuição gratuita de produtos farmacêuticos da linha básica de Saúde Pública, às populações carenciadas:

| MUNICÍPIO | DATA DA CELEBRAÇÃO |
|-----------------------|--------------------|
| Bandeirantes | 19/07/78 |
| São José da Boa Vista | 06/01/78 |
| Miraselva | 15/03/78 |
| Coronel Vivida | 17/03/78 |
| Santo Inácio | 06/04/78 |
| Mirador | 02/02/78 |
| Jardim Olinda | 02/01/78 |
| Verê | 16/02/78 |
| Reserva | 12/12/78 |
| Rebouças | 26/09/77 |
| Itambaracá | 08/05/78 |
| Loanda | 02/02/78 |
| Assis Chateaubriand | 02/02/78 |
| Francisco Beltrão | 02/01/78 |
| Querência do Norte | 10/02/78 |
| Sertaneja | 21/03/78 |

| | |
|------------------------|----------|
| Cruzeiro do Oeste | 12/07/78 |
| Apucarana | 02/03/78 |
| Catanduvas | 02/01/78 |
| Araruna | 21/03/78 |
| Nova Olímpia | 11/07/78 |
| Santa Mariana | 01/03/78 |
| Mandaguacu | 13/07/78 |
| Tuneiras do Oeste | 06/06/78 |
| Itambé | 17/07/78 |
| Mariaiva | 16/03/78 |
| Nova Aurora | 20/02/78 |
| Salto do Itararé | 13/03/78 |
| Conselheiro Mairinck | 24/02/78 |
| Ortigueira | 01/03/78 |
| Campina da Lagoa | 22/02/78 |
| Andirá | 02/01/78 |
| Jardim Alegre | 08/02/78 |
| Paranacity | 28/02/78 |
| Lobato | 08/03/78 |
| Icaraíma | 23/02/78 |
| Leópolis | 21/02/78 |
| Pérola | 23/02/78 |
| Colorado | 10/07/78 |
| Califórnia | 16/02/78 |
| Castro | 26/04/78 |
| Salto do Lontra | 02/01/78 |
| Formosa do Oeste | 20/07/78 |
| Enéas Marques | 14/07/78 |
| Iporã | 17/03/78 |
| Matelândia | 07/04/78 |
| Paranavaí | 10/04/78 |
| São Carlos do Ivaí | 21/02/78 |
| Imbituva | 21/02/78 |
| Assaí | 08/03/78 |
| Santa Cecília do Pavão | 16/02/78 |
| Rio Branco do Sul | 11/09/78 |
| Astorga | 28/07/78 |
| Floraí | 17/08/78 |
| Santa Inês | 30/08/78 |
| Jaguapitã | 12/09/78 |
| Agudos do Sul | 22/11/78 |
| Mamborê | 12/05/78 |
| Marilena | 12/05/77 |
| Barra do Jacaré | 18/10/78 |
| Jataizinho | 24/04/78 |
| Telêmaco Borba | 10/05/78 |
| Itaguajé | 12/05/78 |
| Pato Branco | 05/06/78 |
| São Jorge do Ivaí | 18/07/78 |
| Wenceslau Braz | 12/05/78 |

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 70/79

Curitiba, 26 de junho de 1979

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de renovação, datado de 02 de maio de 1979, do convênio n.º 02/78, celebrado em 05 de maio de 1978, entre o Governo do Estado e o Município de CURITIBA, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria dos Transportes, da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros na execução de obras referentes ao projeto de complementação da via de ligação Curitiba/São José dos Pinhais - Avenida Comendador Franco (Avenida das Torres).

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

- Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 71/79

Curitiba, 26 de junho de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos Aditivos aos Convênios celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios abaixo especificados, com interveniência da Secretaria do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos:

| DATA DO ADITIVO | MUNICÍPIO |
|-----------------|----------------|
| 03/11/78 | Porto Amazonas |
| 30/05/78 | Jundiá do Sul |
| 29/12/78 | Sertaneja |
| 29/12/78 | Colorado |

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

- Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 73/79

Curitiba, 27 de junho de 1979

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir a Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná - FIDEPAR, com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado dos Recursos Humanos.

O interesse público e o elevado significado de que é revestido o Plano de Lei ora submetido a essa augusta Casa de Leis, estão detalhadamente contidos na abaixo transcrita Exposição de Motivos do Senhor Secretário de Estado dos Recursos Humanos:

"As diretrizes para a Ação do Governo determinam que o esforço desenvolvimentista do Paraná só se justifica na medida

que incorpora o Homem paranaense em sua equação, transformando-o no principal beneficiário do progresso e ajudando-o a realizar todas as dimensões do seu potencial. Uma das formas de conseguir concretizar esta orientação é através da capacitação profissional, isto é, através do desenvolvimento do conhecimento, das atitudes e habilidades do trabalhador paranaense, para que este consiga, de um lado, maximizar sua contribuição individual ao desenvolvimento do Estado e de outro, colher os frutos deste progresso. Através do incremento de capacitação profissional, consegue-se aumentar os níveis de produtividade e desempenho da mão-de-obra e, em conseqüência, o seu bem-estar material, situando o Homem simultaneamente no papel de agente e beneficiário do desenvolvimento.

Embora a relação entre os resultados dos esforços de capacitação e treinamento profissional e o Desenvolvimento global do Estado e do Homem paranaense seja clara, o Governo ainda não dispõe de um instrumento eficiente para conduzir, de maneira integrada este processo.

Atualmente existem diversas instituições e programas de ensino e treinamento profissional voltados para a iniciativa privada, inclusive o Programa Paranaense de Treinamento de Executivos, mas estes carecem de uma estrutura integradora, de uma coordenação que vise imprimir um sentido único ao desenvolvimento dos recursos humanos, para que se possa, ao mesmo tempo, atender eficientemente as necessidades a curto e longo prazo de capacitação e treinamento profissional e otimizar a utilização de recursos.

No setor público, a capacitação de treinamento dos servidores com vistas ao seu desenvolvimento integral, evidenciam-se como fatores determinantes do aumento dos níveis de eficácia e eficiência dos programas de governo.

De maneira geral, as dificuldades existentes no momento e que impedem uma atenção mais efetiva do Governo no campo da capacitação e treinamento profissional são:

- a ausência de planos estratégicos e diretrizes globais que permitam o surgimento de iniciativas isoladas de formação, treinamento e desenvolvimento profissional, tanto na iniciativa privada como no setor público, gerando duplicidade de esforços e pulverização de recursos, prejudicando a qualidade e dificultando o atendimento das necessidades reais e globais de capacitação profissional;
- a falta de maior ênfase na capacitação gerencial e técnica de recursos humanos de alto nível para os setores secundário e terciário da economia paranaense, dificulta o atingimento, por parte do Estado, dos níveis almejados de desenvolvimento nos prazos desejados;
- a ausência de mecanismos de estabelecimentos da demanda de levantamento de necessidades específicas de treinamento e capacitação, tanto para o setor público como para a iniciativa privada, cria obstáculos para o estabelecimento de prioridades e programações realistas;
- os baixos níveis de desempenho e produtividade encontrados em certas áreas no setor público são devidos, em grande parte à ausência de um sistema de treinamento e desenvolvimento que tenha por finalidade criar as condições necessárias para que o servidor público possa, ao mesmo tempo, realizar o máximo do seu potencial e contribuir decisivamente para a eficácia e eficiência dos programas governamentais;
- as dificuldades na transferência de "know-how" de entidades nacionais ou estrangeiras para instituição de agentes específicos no Paraná.

Considerando as prioridades do Governo para o próximo quadriênio e as dificuldades anteriormente citadas, o Poder Executivo propõe, através do Projeto de Lei anexo, e como solução mais viável, a criação da FIDEPAR - Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná, vinculado à Secretaria de Estado dos Recursos Humanos. O regime de

Fundação para o órgão, cuja criação ora se pleiteia, e que é caracterizado pela legislação vigente (Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, e Decreto-Lei n.º 900, de 29 de setembro de 1969 em seu artigo 2.º, e Lei n.º 6.636, de 29 de novembro de 1974, em seu artigo 7.º, inciso IV) justifica-se pela independência e flexibilidade administrativa e financeira na obtenção, disposição e utilização dos seus recursos, fatores necessários para o cumprimento de missões dessa natureza.

Finalmente, é necessário considerar que a Lei 6636, em seu artigo 119, parágrafo 1.º, alínea b, já prevê a criação de uma entidade estadual, a nível de administração indireta, voltada para o treinamento, seleção e aperfeiçoamento dos recursos humanos do Estado.

O presente projeto de lei propõe a ampliação das fronteiras dessa entidade que passará a englobar, além das funções previstas na Lei 6.636 e que são voltadas apenas para o setor público, a coordenação, a nível de Estado, dos esforços de capacitação gerencial e técnica para pessoal de alto nível em áreas identificadas como carentes na iniciativa privada, de acordo com as prioridades globais de desenvolvimento do Paraná.

Em suma, a FIDEPAR será uma instituição responsável pela coordenação de atividades de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos nas áreas pública e privada, a qual compatibilizará as diversas iniciativas existentes e as complementará nos pontos de estrangulamento, maximizando o aproveitamento do pessoal docente, material didático e estruturas organizacionais disponíveis, além de avaliar, aperfeiçoar e estimular a pesquisa de sistemas e métodos operacionais adotados nos processos de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos”.

Certo de que a proposição submetida à apreciação dessa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica instituída a Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná - FIDEPAR, com personalidade jurídica de direito privado, autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Estado dos Recursos Humanos.

Parágrafo único — A FIDEPAR terá sede e foro na Capital e jurisdição em todo o território do Estado do Paraná.

Art. 2.º — São objetivos da FIDEPAR:

I — Assessorar o Governo do Estado e outros órgãos públicos e o setor privado, na elaboração e análise de projetos especiais pertinentes à política de recursos humanos, a serem desenvolvidos ou estimulados em função dos objetivos da programação estadual, federal ou municipal;

II — Identificar necessidades e selecionar pessoal, da Administração Pública ou de empresas privadas, para participar de cursos por ela promovidos;

III — Executar programas e atividades de capacitação e valorização de pessoal técnico e administrativo, inclusive especialistas da Administração Pública e de empresas privadas;

IV — Elaborar, executar e coordenar programas e atividades de formação e aperfeiçoamento de Recursos Humanos de caráter permanente ou temporário, em todos os graus e em todas as áreas de atuação do Governo;

V — Planejar, coordenar e estimular programas de Pesquisas sobre Recursos Humanos, que visem a identificação quantitativa da força de trabalho necessária ao uso de processos científicos e tecnológicos na administração pública;

VI — Selecionar e indicar candidatos a bolsas de estudos, visando sempre dotar a Administração Pública de elementos efetivamente capacitados ao exercício de atividades técnicas e

especializadas;

VII — Acompanhar e controlar o desempenho posterior do pessoal treinado;

VIII — Coordenar estágios de estudantes e técnicos nos órgãos da administração direta do Estado;

IX — Pesquisar permanentemente a oferta e demanda de mão-de-obra qualificada;

X — Promover a integração entre o setor público estadual e as universidades;

XI — Outras atividades correlatas.

Art. 3.º — O patrimônio inicial da FIDEPAR será constituído pelos bens móveis que lhe forem destinados, da carga patrimonial da Secretaria de Estado do Planejamento, em uso pelo Programa Paranaense de Treinamento de Executivos.

§ 1.º — O patrimônio da FIDEPAR será ainda constituído:

a) — Por bens móveis e imóveis e direitos que lhe forem destinados, em caráter definitivo, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras;

b) — por doações, heranças ou legados de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 2.º — A forma de gestão do patrimônio da FIDEPAR será definida por meio de seu Estatuto.

Art. 4.º — Constituem receitas da FIDEPAR, além dos recursos e rendas provenientes de seu patrimônio:

a) — Dotações consignadas no orçamento do Estado ou de outras entidades públicas;

b) — doações, legados, auxílios, contribuições e subvenções de entidades públicas e pessoas físicas ou jurídicas;

c) — recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos;

d) — receitas resultantes da prestação de serviços e outras receitas operacionais;

e) — rendas de aplicações financeiras;

f) — saldos orçamentários e extra-orçamentários de entidades ou programas que venham integrá-la;

g) — recursos de outras origens e rendas eventuais.

Art. 5.º — A FIDEPAR será administrada por um Conselho de Administração composto por 10 (dez) membros efetivos e 4 (quatro) suplentes e uma Diretoria Executiva, composta por 4 (quatro) membros, todos nomeados pelo Governador do Estado, com mandato de 4 (quatro) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo único — Serão remunerados apenas os membros da Diretoria Executiva, cujos vencimentos, fixados anualmente por Decreto, não excederão, a qualquer título, ao atribuído aos Secretários de Estado.

Art. 6.º — O Estatuto, aprovado pelo Decreto, fixará atribuições, competência, estrutura complementar e demais condições para o pleno funcionamento da FIDEPAR, respeitadas as disposições legais cabíveis.

Parágrafo único — A partir da regulamentação da FIDEPAR, deixará de existir o Programa Paranaense de Treinamento de Executivos - PPTE, cujo acervo, responsabilidades e atividades serão incorporadas até o final dos programas em andamento.

Art. 7.º — O regime jurídico do pessoal da FIDEPAR será o da legislação trabalhista, com remuneração compatível com o mercado de trabalho.

Parágrafo único — Servidores da administração estadual poderão ser colocados à disposição da FIDEPAR, percebendo remuneração exclusivamente por uma das fontes, com as vantagens de lei.

Art. 8.º — O exercício financeiro da FIDEPAR coincidirá com o ano civil.

Art. 9.º — A Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná - FIDEPAR, prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado, na forma prevista pela legislação específica.

Art. 10 — A FIDEPAR gozará dos privilégios e isenções dos tributos estaduais.

Art. 11 — Os bens imóveis da FIDEPAR só poderão ser alienados com autorização da Assembléia Legislativa.

Art. 12 — No caso de extinção, atendidos os encargos contraídos pela FIDEPAR, seus bens reverterão ao patrimônio do Estado do Paraná.

Art. 13 — A FIDEPAR obedecerá as normas relativas à licitação previstas na legislação pertinente.

Art. 14 — Os recursos financeiros da FIDEPAR serão, preferencialmente movimentados através de organizações bancárias oficiais.

Art. 15 — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), à Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, destinados a atender os encargos previstos nesta Lei, utilizando como recursos para sua cobertura o cancelamento em dotações consignadas à mesma Secretaria no Orçamento Geral do Estado para 1979.

Art. 16 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 77/79

Curitiba, 01 de agosto de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a essa augusta Assembléia Legislativa do Estado, para os fins constitucionais, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva permitir ao Poder Executivo a abertura de um crédito especial no montante de Cr\$ 895.000.000,00 (oitocentos e noventa e cinco milhões de cruzeiros), para atender despesas de pessoal.

2 — A exposição de motivos apresentada pela Secretaria de Estado do Planejamento, que vai em anexo, expõe com detalhes as razões da medida pleiteada.

3 — Convém ressaltar, nesta oportunidade, que o Governo do Estado, tendo em vista a constante preocupação de valorizar a pessoa humana e, pela sua condição de empregador, o servidor público a quem incumbe o funcionamento normal do organismo administrativo, não hesitou em promover medidas que resultassem em benefícios financeiros ou funcionais, mesmo ante a consequência inevitável da limitação do programa de investimentos à conta dos recursos próprios da arrecadação direta do Tesouro do Estado.

Assim, como é esclarecido na Exposição de Motivos citada, só os investimentos de elevada prioridade na constituição de infra-estrutura e para a geração de novos empregos serão mantidos em níveis similares aos inicialmente previstos pela captação de recursos de operações de crédito já legalmente autorizadas.

4 — Em virtude da urgência da medida proposta, solicito, na forma do que dispõe o art. 25, § 3.º e seguintes da Constituição Estadual, que a matéria seja apreciada no prazo de 45 dias.

Certo de que o Anteprojeto de Lei proposto merecerá dessa colenda Casa a necessária aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 895.000.000,00 (oitocentos e noventa e cinco milhões de cruzeiros), destinado a atender despesas com pessoal e encargos sociais dos Poderes Legislativo,

Judiciário e Executivo, não previstas à época da formulação do Orçamento vigente.

Art. 2.º — Como recursos para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os resultantes do cancelamento de dotações consignadas no Orçamento Geral do Estado e os provenientes de excesso de arrecadação.

Parágrafo único — Fica também o Poder Executivo autorizado a promover a substituição dos recursos da arrecadação própria do Tesouro, originalmente previstos para a cobertura de investimentos, por recursos de operações de crédito autorizadas, com vistas a propiciar a liberação de dotações gráficas e financeiras para a execução das despesas a que se refere esta lei.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado do Planejamento

EM. 112/79

Curitiba, 30 de julho de 1979.

Senhor Governador:

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para propor o encaminhamento do anteprojeto de lei em anexo à deliberação da Assembléia Legislativa do Estado, com vistas a obter autorização legal para abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 895.000.000,00 (oitocentos e noventa e cinco milhões de cruzeiros) destinado a oferecer cobertura complementar aos dispêndios com pessoal no corrente exercício.

A necessidade desse crédito adicional funda-se em um conjunto de fatores justificativos que circunstancialmente passo a descrever.

CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO DO MONTANTE DAS DOTAÇÕES PARA PESSOAL NO ORÇAMENTO DE 1979

O orçamento relativo a 1979 foi definido quanto ao seu montante, distribuição dos dispêndios por espécie e estrutura programática, em julho de 1978.

Nessa época, a previsão das despesas com pessoal para o exercício de 1978 era de Cr\$ 5.919 milhões. Partindo-se desse valor, os dispêndios com tal modalidade de gastos em 1979 foram estimados em Cr\$ 8.159 milhões. Nesse total se achavam compreendidos um reajuste salarial de 35% sobre os níveis de 1978 e uma expansão de pessoal representada pelo acréscimo de 2.000 professores para as primeiras quatro séries do ensino de primeiro grau, com vistas à ativação das novas escolas em construção.

Segundo tal orientação, um eventual reajuste salarial em níveis superiores aos previstos seria suportado pela Reserva de Contingência, fixada em Cr\$ 700 milhões, o mesmo ocorrendo com pequenas ampliações nos quadros de pessoal dos vários órgãos de administração estadual.

Na realidade, porém, a despesa no exercício de 1978 atingiu a Cr\$ 6.171 milhões. Por outro lado, o reajuste salarial foi concedido em 40% para todas as categorias funcionais do Estado, o que acabou por comprometer, logo no início do exercício de 1979, cerca de Cr\$ 480 milhões da Reserva de Contingência. Outros Cr\$ 75 milhões da mesma Reserva foram vinculados à nomeação dos 2.000 professores já citados.

Além disso, algumas das categorias funcionais do Estado, que tinham seu reajuste salarial apenas a partir de março, pela lei n.º 7.099 de 08 de janeiro de 1979 (lei do aumento) o tiveram antecipado para o mês de janeiro, representando Cr\$ 52 milhões de acréscimo na despesa.

O comportamento histórico das despesas com pessoal demonstra que ocorrerá uma expansão real de pelo menos Cr\$ 45 milhões, pela concessão de benefícios legais a que têm direito os servidores estaduais, tais como quinquênios, adicionais, e promoções de pessoal civil e militar, que foram programados para

correrem à conta da Reserva de Contingência.

Outro benefício instituído pela lei do aumento, foi a gratificação de regência que, beneficiando a cerca de 9.000 professores do ensino primário, representará Cr\$ 48 milhões de despesas adicionais no corrente exercício.

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ATRAVÉS DE LEIS COMPLEMENTARES

Embora não tivessem sido especificamente previstos à época da formulação do Orçamento Estadual, o Poder Executivo sancionou vários projetos de lei com implicações imediatas na elevação dos dispêndios com pessoal, dentre os quais merecem destaque:

- a) Adequação do Quadro do Tribunal de Justiça — Lei 7031, de 15/09/78;
- b) Organização e estruturação do Quadro da CRE — Lei 7051, de 04/12/78;
- c) Reformulação da sistemática de vencimentos do Ministério Público — Lei 7073, de 28/12/78;
- d) Organização da Procuradoria Geral do Estado — Lei 7074, de 02/01/79;
- e) Alteração na Gratificação de Tempo Integral da Polícia Civil — Lei Complementar n.º 8, de 03/01/79;
- f) Reestruturação do Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas — Lei 7077, de 03/01/79;
- g) Alteração na gratificação de função policial militar tipo I e tipo II — Lei 7097, de 08/01/79;
- h) Inclusão de Cargos em Comissão no Quadro de Pessoal do Poder Legislativo — Lei 7098, de 08/01/79;
- i) Reestruturação do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura — Lei 7122, de 26/04/79;
- j) Adequação do Quadro de Pessoal do Tribunal de Alçada — Lei 7178, de 06/07/79.

A implementação das medidas e benefícios instituídos pelas citadas leis, considerados os respectivos períodos de vigência em 1979 deverão representar no corrente exercício, um dispêndio adicional de Cr\$ 376 milhões.

Além disso, os efeitos da Lei n.º 7050/78 já representaram até esta data uma antecipação de aposentadorias na ordem de Cr\$ 48 milhões, não computadas as aposentadorias verificadas na Coordenação da Receita do Estado, já imputadas como custo da Lei 7051.

PREENCHIMENTO DE CARGOS

A partir das necessidades decorrentes da ampliação da rede física do Sistema Estadual de Ensino e, com base nos cargos criados pelo Estatuto do Magistério e nas vagas existentes no Quadro Único do Estado, o Governo Estadual promoveu 3 concursos na área da Secretaria de Educação.

O primeiro deles, visou a seleção de 6.200 professores para as 4 primeiras séries do ensino de primeiro grau, dos quais 4.909 nomeados em fevereiro e 1.291 a partir de meados do corrente ano.

O segundo concurso objetivou o enquadramento de 1.760 professores no nível 5-E do Estatuto do Magistério e de 2.211 no nível 3-C do mesmo Estatuto a partir de março do corrente ano. Do total de professores aprovados para o nível 3-C, 1.123 tiveram seu enquadramento adiado para o final deste exercício.

O terceiro concurso visou o preenchimento de 480 vagas de serventes de contratação imprescindível para o funcionamento das novas unidades escolares.

O preenchimento de tais cargos, consideradas as diferentes épocas de sua ocorrência, deverá gerar um dispêndio adicional de Cr\$ 325 milhões, além dos custos já previstos no orçamento para a nomeação de 2.000 professores.

PROVIDÊNCIAS EM FASE DE IMPLEMENTAÇÃO

Além das medidas e conseqüências já descritas, encontram-se em tramitação alguns projetos, de elevada coerência com a política governamental de valorização dos servidores

públicos estaduais, e de aperfeiçoamento das estruturas de execução de serviços, mas também com identificável efeito na elevação das despesas. Dentre tais projetos merecem destaque:

- a) Integração dos professores exclusivamente suplementaristas no Quadro Único do Pessoal do Estado, beneficiando a cerca de 5.000 servidores;
- b) Integração de 6.500 funcionários do Quadro de Pessoal Suplementar no Quadro Único de Pessoal do Estado;
- c) Transposição de 3.354 professores para o Grupo Ocupacional de especialistas, previsto pelo Estatuto do Magistério;
- d) Preenchimento de 146 vagas de fiscais no quadro próprio da Coordenação da Receita do Estado;
- e) Preenchimento de cerca de 500 vagas no quadro próprio da Polícia Civil do Estado;
- f) Ajustamento da estrutura da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, em face das suas novas atribuições e incorporação do Fundo de Saúde.

Tais medidas, consideradas as várias épocas previstas para sua implementação no corrente exercício, deverão significar um dispêndio adicional de aproximadamente Cr\$ 146 milhões, sobre os níveis ora existentes.

SUMÁRIO DO MONTANTE DE : DISPÊNDIOS

As condicionantes relacionadas apontam a existência de recursos orçamentários para despesas com pessoal e encargos sociais em um montante de Cr\$ 8.859 milhões, dos quais Cr\$ 700 milhões representados pela Reserva de Contingência.

Os dispêndios, entretanto, deverão atingir Cr\$ 9.754 milhões, isto é, Cr\$ 895 milhões acima da cobertura orçamentária existente. Tal montante resulta do somatório das seguintes parcelas:

| | |
|---|--------------------|
| a) Despesas de 1978 acrescidas de 40% | Cr\$ 8.369 milhões |
| b) Antecipação de reajustes de março para janeiro | Cr\$ 52 milhões |
| c) Concessão de benefícios legais | Cr\$ 45 milhões |
| d) Gratificação de Regência | Cr\$ 48 milhões |
| e) Nomeação de 2.000 professores | Cr\$ 75 milhões |
| f) Benefícios concedidos pelas leis relacionadas | Cr\$ 376 milhões |
| g) Antecipações de aposentadorias | Cr\$ 48 milhões |
| h) Preenchimento de cargos | Cr\$ 325 milhões |
| i) Providências em fase de implementação | Cr\$ 146 milhões. |

FUNDAMENTOS DO CRÉDITO ESPECIAL

O orçamento de outras despesas correntes e de capital para o ano em curso totaliza Cr\$ 13.141 milhões, dos quais Cr\$ 3.000 milhões, foram previstos para correrem à conta de Operações de Crédito.

Dada a magnitude dos compromissos já existentes ao início do corrente exercício, em particular com a manutenção dos serviços públicos, encargos da dívida contratada, obras públicas em execução e convênios firmados com a União, a maior parte de tais dotações, ainda que apenas graficamente em alguns casos, terão que ser utilizadas para os fins originalmente previstos.

Considera-se viável, entretanto, promover a substituição de fontes de recursos destinados a determinados investimentos, os quais tendo sido originalmente previstos para ocorrerem com recursos da arrecadação própria do Estado, poderão ser reprogramados para execução com recursos de Operações de Crédito legalmente autorizadas, liberando dotações gráficas e financeiras caracterizáveis como Receitas Correntes para suportar a despesa adicional com pessoal.

Tal reprogramação, em termos concretos, poderá ser viabilizada por meio de cancelamentos em dotações da Categoria Capital previstas no Orçamento para ocorrerem à conta de re-

cursos ordinários não vinculados como compensação à abertura dos créditos para pessoal. A reconstituição das dotações canceladas dar-se-á por intermédio de suplementações que terão como fonte de recursos, para sua abertura, o produto de Operações de Crédito já legalmente autorizadas.

Os recursos previstos para a abertura de tais créditos serão os oriundos do Empréstimo de US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares) em realização com base nas autorizações concedidas pela lei n.º 7.157, de 28 de maio de 1979, já autorizado pela Resolução n.º 31, de 28 de junho de 1979, do Senado Federal.

A adoção de tais procedimentos permitirá que se mantenha o equilíbrio entre receitas e despesas de capital, apenas reduzindo a parcela das receitas correntes destinada originalmente ao financiamento da programação de investimentos.

São estas, Senhor Governador, as considerações que julguei oportuno e necessário trazer à sua apreciação, com vistas a justificar a proposição do crédito especial em cogitação.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

VÉSPERO MENDES

Secretário de Estado do Planejamento

– Ao Departamento Legislativo

Ofício:

Sob o n.º 422/79, do Senhor Dr. Gastão Natal Simone, Secretário de Saúde e Bem-Estar Social do Município de Maringá, encaminhando Relatório de Serviços Prestados por aquela Secretaria, durante o mês de junho do ano em curso, encaminhando relatório do Centro de Saúde do Jardim Alvorada. -- Ao Conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção nos Anais desta Casa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora LÚCIA VIEIRA DE MORAES GIGLIO, ocorrido no mês próximo passado na cidade de São Paulo.

A extinta, Senhor Presidente, Senhores Deputados, era uma exemplar Mãe, Senhora de alto conceito na sociedade paulistana, esposa do Engenheiro Alfredo Giglio que ocupou relevantes cargos na administração paulistana. Dona Lúcia também deixou um grande rol de amizades em Curitiba que lamentou profundamente seu passamento, tendo aqui uma de suas filhas residindo, Sra. Cristina Giglio Martins de Oliveira.

Requer-se, outrossim, que da decisão desta Casa se dê conhecimento à família enlutada, na pessoa do Dr. Alfredo Giglio, com residência em São Paulo, à Rua Eduardo Martinelli, n.º 122 – C.E.P. 04013, bem como à sua filha, Sra. Cristina Martins de Oliveira, com residência à Rua Manoel Correa de Freitas, n.º 5, Curitiba.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1979.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido no mês próximo passado, em Coronel Vivida, do Senhor LUIZ DE OLIVEIRA SILVÉRIO, ex-Vereador na-quele progressista município.

O extinto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, era um homem extremamente bem relacionado em Coronel Vivida, onde repetidas vezes exerceu com dedicação e alto espírito

público o cargo de vereador. Identificado com as causas dos mais pobres, Luiz de Oliveira Silvério deixa um grande vazio na vida política daquela comuna e sua morte será sempre sentida pela comunidade vividense.

Requer-se, outrossim, que da decisão do nobre Plenário, se dê conhecimento à família enlutada, bem como à Câmara Municipal de Coronel Vivida e ao Senhor Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1979.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, uma vez ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento ocorrido no dia 30 de junho de 1979, na cidade de Gurapuava, de Raulino Gabriel Cordova.

Requer ainda, que se dê ciência à família enlutada no endereço da caixa postal 121, na cidade de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1979.

(a) JURANDIR MESSIAS

JUSTIFICATIVA:

Raulino Gabriel de Cordova, que faleceu aos 50 anos de idade, deixando uma imensa saudade entre familiares e amigos. Era um dos comerciantes mais conceituados da progressista Guarapuava, proprietário da Loja Instaladora Americana, verdadeiro cartão de visita daquela cidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 49/79, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que visa autorizar a devolução dos processos de prestação de contas à origem, após a devida aprovação pela Comissão de Tomada de Contas, conforme específica e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Leoni Germano Schwartz, ocorrido no mês próximo passado, na cidade de Francisco Beltrão.

O extinto era um pai de família exemplar, extremamente relacionado nas cidades de União da Vitória e Francisco Beltrão, onde residia após a vinda para esta Capital de um de seus ilustres filhos, o nobre Deputado Deni Schwartz.

Requer-se, que se dê ciência à família enlutada do inteiro teor do presente.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1979.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. CARLITO RUDEK, ocorrido no último dia 21 de julho, na cidade de Contenda.

Outrossim, aprovado o presente, requer seja dado ciência da decisão da Casa ao Sr. Edson Rudek, filho do falecido, na cidade de Contenda.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1979.

(a) CARLOS ZANLORENZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Engenheiro DOUGLAS SOUZA LUZ, digníssimo Diretor Presidente da COPEL, no sentido de que, por ocasião das desapropriações e desalojamento de moradores das regiões ribeirinhas do Rio Iguaçu, no perímetro urbano da Cidade de União da Vitória, sejam atendidos aqueles desabrigados, que como simples posseiros, ali residem há vários anos, não tendo condições financeiras para adquirir imóveis destinados à residência.

Prende-se esta solicitação ao fato que aqueles moradores são trabalhadores ordeiros, e vivendo precariamente de seus recursos, ao serem desalojados ficarão ao relento, gerando em consequência um grave problema social, visto que, legalmente, não têm condições de receber qualquer indenização.

A aquisição e doação de uma área de terras pela COPEL para transferência e moradia, nas proximidades, para alojar estes trabalhadores seria a solução ideal e humana e atenderia o justo anseio de grande parte daquela população ribeirinha.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1979

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de ofício à TELEPAR, solicitando a instalação de um telefone público no Município de São José dos Pinhais, na Rua Costeira, esquina com a Rua Joinville, Armazém do Sr. Carlito Dissenha, proximidade da BR-376.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1979.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

A instalação do referido telefone, beneficiaria os moradores da Vila Costeira, Barro Preto, Colônia Murici, Avencal e Capão Grosso, conforme abaixo assinado, anexo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Luiz Renato Pedroso, digníssimo Presidente da Comissão Permanente de Organização e Divisão Judiciárias, de Regimento Interno e Procedimento - do Tribunal de Justiça, encaminhando as informações solicitadas através Ofício n.º 40/79-CODJ, datado de 09/07/79, consubstanciadas no seguinte:

- 1) Certidão datada de 09/07/70, do Cartório Eleitoral da 123.^a zona-PR, informando o número de eleitores do Patrimônio São João, Município de Altônia.
- 2) Certidão datada de 27/7/79, do Cartório Eleitoral da 123.^a zona-PR., informando o número de eleitores do Patrimônio São Jorge, também do Município de Altônia.
- 3) Dados estatísticos do Município de Altônia, datado de 25/01/78, que em suas páginas 04 e 05, informam os demais itens solicitados através Ofício n.º 40/79-CODJ.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1979

(a) ANTÔNIO FACCI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública do Estado do

Paraná e ao Diretor da Polícia Civil, solicitando providências no sentido de que seja substituído o atual Delegado do Município de IRETAMA, por um Delegado de Carreira.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1979

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

A população do progressista Município de IRETAMA está vivendo momentos angustiantes por falta de segurança pelo não cumprimento da lei naquele município.

Para se ter uma idéia da gravidade do problema, nos últimos seis meses ocorreram no Município de Iretama onze crimes de morte, sendo que somente três criminosos foram presos, o que preocupa demais a população local, pois o atual Delegado de Polícia, Sr. Napoleão Batista Sobrinho já se encontra no cargo há mais de oito anos.

Iretama necessita urgentemente a mudança do Delegado atual por um Delegado de Carreira e de um reforço policial para que a segurança venha a reinar em todos os lares da população local.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário das Finanças do Estado do Paraná, solicitando informações se houve mudança na sistemática de cobrança do ICM no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1979.

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

Está sendo distribuída no Município de Araruna pelo Sr. Chefe de Rendas do Estado a seguinte circular:

"Pela presente, vimos informar a Vossa Senhoria, que a partir de maio de 1979, só receberemos GUIAS DO ICM com saldo devedor, nunca inferior a Cr\$ 350,00 (trezentos e cinquenta cruzeiros), tendo em vista as despesas de uma pequena empresa (contribuinte) nunca ser inferior a Cr\$ 3.600,00 (mensais) ou vejamos:

- a) Retiradas, Cr\$ 2.107,20;
 - b) Honorários, Cr\$ 500,00;
 - c) Tributos, Cr\$ 400,00 e
 - d) Água, luz, etc. Cr\$ 600,00 que somam Cr\$...
- ... 3.607,20. 14% sobre Cr\$ 3.607,20 é igual a Cr\$ 505,00.

Conforme relação de DESPESAS MENSAIS note-se que o ICM, mínimo a recolher seria de Cr\$ 505,00 (quinhentos e cinco cruzeiros).

As. Chefe de Rendas."

É essa a novidade que trazemos, isto é a mudança do fato gerador do ICM, pois é sabido que o fator gerador do ICM é a circulação de mercadorias e não como expõe o chefe de rendas de Araruna, o qual coloca como fato gerador do ICM as despesas dos pequenos comerciantes deste Estado, daí a nossa solicitação e que a Secretaria das Finanças, verifique o procedimento em outros municípios, para que sejam sanadas essas irregularidades que vem em prejuízo dos comerciantes de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência, envio de ofício à direção da SANEPAR, para prestar as seguintes informações:

a) Quais os compromissos assumidos pela SANEPAR com a expansão da rede de água e esgoto, quando assumiu o S.A.S. em Londrina?

b) O que foi cumprido desse termo de compromisso?

c) Qual a programação atual da SANEPAR para Londrina?

d) Qual a responsabilidade real da SANEPAR com a poluição do lago Iapó, em Londrina?

Outrossim, aprovado o presente requerimento, seja dado conhecimento aos membros da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Londrina—Pr.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1979

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido este Plenário, o envio de expediente à Presidência do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Belo Horizonte (MG), solidarizando-se com o movimento grevista que busca justas reivindicações em favor daquela classe.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1979.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

Levando-se em consideração que há mais de quinze (15) anos vivemos dentro de um regime de arrocho salarial, e que a fome já está provocando, além da desnutrição, a morte de centenas de brasileiros, entendemos justo o movimento grevista dos trabalhadores na construção civil de Belo Horizonte (MG), iniciado na última terça-feira.

Tal movimento tem finalidades reivindicatórias justas e humanas, pois buscam o aumento salarial para a classe que hoje se encontra insatisfeita com seus salários. A manifestação teve início pacificamente mas, em seu transcurso houve distúrbios e, inclusive, a morte de um operário.

Enquanto não acontece uma solução por parte do Governo, às reivindicações dos operários, o Governador daquele Estado (MG) afirmou que existe a infiltração de elementos estranhos à classe; em tais manifestações. Enquanto que, em Brasília, o Ministro Said Farhat garantiu que o Governador de Minas Gerais continua tendo total confiança do Governo Federal, informando ainda, caber àquele Governador a responsabilidade pela apuração dos fatos ocorridos, envolvendo trabalhadores e policiais.

Enquanto isso, nenhuma autoridade governamental lembrou que existe outra infiltração: “a infiltração da fome do povo.. Este mesmo povo que já não aguenta mais”. Afirmção esta feita por Luiz Inácio da Silva, o “Lula” - líder sindical paulista.

Parte da proposta governamental foi aceita pela classe, porém, esta permanece em greve porque exige maior piso salarial para a categoria de serventes e oficiais trabalhadores da construção civil.

Queremos crer que o governo não se transforme em barreira “promotora” para a continuação desta greve.

Apoiamos, portanto, este movimento que busca seus e reivindica uma justa remuneração no atual quadro de injustiça social que envolve milhares de brasileiros.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

As bancadas do MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO e da ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL, pelos seus integrantes que este subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de PROFUNDO PESAR, pelo falecimento, após longa enfermidade, no último dia 18 de julho, na Cidade de Francisco Beltrão, do Senhor LEONI SCHWARTZ, ex-vereador de União da Vitória e progenitor do Deputado DENI LINEU SHCWARTZ.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1979.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ, ROMERO FILHO, NILSO SGUAREZI, DÁCIO LEONEL, DARCY DEITOS, RENATO BERNARDI, WALDYR PUGLIESI, GABRIEL MANOEL, MÁRIO CELSO, FUAD NACLI, DOMÍCIO SCARAMELLA, ERONDY SILVÉRIO, EZEQUIAS LOSSO, TÚLIO ZANCHET, NELTON FRIEDRICH, AIRTON CORDEIRO, AUGUSTO CARNEIRO, PALÁCIO, TADEU LÚCIO MACHADO, ANTÔNIO FACCI, JURANDIR MESSIAS, EDILSON ALENCAR, NELSON BUFFARA, FIDELCINO TOLENTINO, GERNOTE KIRINUS, JOSÉ TAVARES, LINEU TURRA, BASÍLIO ZANUSSO e CARLOS ZANLORENZI.

Projetos de Lei::

PROJETO DE LEI N.º 103/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – Fica revogada a Lei n.º 5.318, de 10/05/66.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1979

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

JUSTIFICATIVA:

A Lei n.º 5.318 - transferiu a sede do Distrito de Pinhal de São Bento, no Município de Santo Antônio do Sudoeste, para a localidade de Sede União.

Entretanto, tal transferência vem ocasionando sérias dificuldades aos moradores do distrito, pois a sua instalação e infra-estrutura está toda localizada na localidade de Pinhal de São Bento, de acordo com a Lei n.º 4.838, de 26/02/64 - que criou aquele distrito.

O Ofício n.º 1.983/79 - de 17/06/79 - que recebemos da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Sudoeste, que anexamos ao presente, melhor exemplifica a medida proposta, que vem sendo a reivindicação da laboriosa população daquela progressista região do sudoeste do nosso Estado.

Com isso, esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa.

PROJETO DE LEI N.º 104/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Dr. ABDO KUDRI.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1979

(a) ADALBERTO DAROS

JUSTIFICATIVA:

1.- ABDO AREF KUDRI nasceu na Cidade de Paranaguá, em 5 de novembro de 1929, filho de Isabel Zanluth e Aref Kudri, seus pais comerciantes com muita atividade desenvolvida nas Cidades de Paranaguá, Curitiba e Sorocaba.

Naquela cidade litorânea, ainda jovem, Abdo Aref Kudri principiou no jornalismo, como colaborador do tradicional “Diário do Comércio”.

Completando dezesseis anos, Abdo Aref Kudri veio para Curitiba, com o propósito de prosseguir em seus estudos e de auferir conhecimentos para se definir por uma carreira.

As dificuldades financeiras de sua família fizeram com que Adbo Aref Kudri aceitasse emprego na “Casa Pão de Açúcar”, onde trabalhou como entregador de louças, fato que ele hoje recorda com emoção e que muito serviu para estimular os esforços sempre renovados com o propósito de vencer na vida.

Depois trabalhou como escrevente no cartório dos feitos da Fazenda, na época em que era titular desse Juízo o saudoso Desembargador Ernani Guarita Cartaxo.

Paralelamente iniciou praticamente no jornalismo, na condição de repórter do "Diário da Tarde", ao tempo em que este tradicional vespertino era dirigido pelo saudoso Roberto Barrozo. Chegou a chefe de redação do "Diário da Tarde", tempo em que esse jornal funcionava na Rua Dr. Murici, ao lado da Papelaria Requião.

2. A experiência auferida no "Diário da Tarde", a vontade de fundar um periódico, o estímulo de amigos foram razões fortes para que em março de 1959 Abdo Aref Kudri fundasse o "Correio do Paraná", que funcionava na Rua XV de Novembro, jornal que ele implantou e viu crescer, tanto que em 1962, recebendo significativa proposta, vendeu-o.

3. Deixando esse jornal, Abdo Aref Kudri ficou alguns meses realizando estudos, para outra empreitada jornalística, o que concretizou em 4 de março de 1963, ao lançar o primeiro número do hoje tradicional "Diário Popular", vibrante órgão de imprensa de nossa Capital, com penetração em todo o Paraná.

4. O jornal "Diário Popular", reflexo da atuação de seu comandante, hoje é uma força no setor de comunicação pública estadual, possuindo sede própria, moderno equipamento gráfico, máquinas de composição das mais modernas, além de selecionada equipe de técnicos, jornalistas, repórteres e colaboradores.

5. Sobressai o mérito de Abdo Aref Kudri, por esta sinopse de sua vida, um homem simples, que progrediu com muito esforço, que começou em atividades humilde e que se realizou como empresário.

Formado pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, em 1952, por pouco tempo exercer essa profissão, passando depois a apenas aplicar os conhecimentos auferidos em suas organizações jornalísticas.

Como se infere do que acima foi exposto, os serviços prestados à coletividade paranaense pelo DR. ABDO AREF KUDRI justificam sobejamente a concessão da homenagem que ora propomos, a qual, tenho certeza, receberá a inteira aprovação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Voltamos a esta tribuna, após o recesso parlamentar, no qual mantivemos contatos com as lideranças políticas, trabalhistas e sindicais, ao longo da região Oeste do Paraná, bem como de outros estados.

Notei uma certa indiferença do povo em relação a situação política existente atualmente em nosso País.

O povo não está mais disposto a aceitar a mão de ferro a manobrar a chibata a torto e a direito. O povo continua insistindo e vai conseguir, tenho certeza, a liberdade de expressão de pensamentos; a liberdade e a conquista dos direitos que lhe são devidos, porém negados pelo atual regime político militarista e anti-democrático. Esses direitos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho certeza, o povo ainda os readquirirá. Afinal de contas, entendo que nossos filhos deverão receber um mundo livre, e não o que hoje estamos vivendo, sob o signo da opressão com ralas pinceladas de abertura política, além do grande carnaval promovido pelo partido situacionista, com fantasia democrática.

Durante o recesso, assistimos várias reuniões locais de nossa região Oeste do Estado. Assistimos a uma verdadeira aberração, que foi o julgamento e a cassação do mandato do Vereador do Município de Medianeira, Dr. Adolpho Mariano da Costa. Aquele município, onde o donatário acusado de corrupção, vem promovendo uma verdadeira exposição de irregularidades, sem que o Governo tenha, até o momento, tomado as providências cabíveis e necessárias.

Participamos de uma reunião em Marechal Cândido Rondon, onde mais de seiscentos produtores, em sua maioria pequenos pecuaristas, resolveram buscar informações para uma série de irregularidades que vêm ocorrendo, bem como no atraso do pagamento que lhes é devido pela Comércio e Laticínios Rainha.

Ouvimos, nessa reunião, tantas mentiras, com a direção da Comércio Laticínios Rainha colocando a culpa do atraso de pagamento aos fornecedores, nos computadores - no governo e na SUNAB, sem, no entanto, admitir a malandragem própria em ludibriar os pequenos pecuaristas. Malandragem e má fé, porque a direção daquela empresa esteve aqui em Curitiba, em companhia de um Deputado da ARENA, visitando o Delegado Regional da SUNAB. Quem sabe numa tentativa de "acertar" o problema. E isto realmente aconteceu. Mas não foi para tentar acertar a situação dos fornecedores do produto - os pequenos pecuaristas - mas sim, para tentar aliviar a situação irregular daquela empresa.

Portanto, em defesa dos interesses particulares de uma "meia-dúzia", contra os direitos legais de uma maioria honrada, honesta e trabalhadora.

Queremos deixar bem claro que, a verdade jamais será enterrada pelos peleguistas e aproveitadores que estão à sombra dos poderosos.

Conforme Chico Buarque de Holanda, em uma de suas composições: "calada a boca, ainda nos resta o peito". Complemento, afirmando aos ratos de porões que, "calada a boca ainda nos resta o peito e a coragem para continuarmos nossa luta, porque contamos com o povo, arma mais poderosa que os poderosos decretos forjadores de falsas lideranças."

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos, segundo orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Usamos este espaço, para que fique gravado nos Anais desta Casa, o editorial do "Diário Popular", edição do último dia 31, com o título: AGRICULTURA GARANTE BATER RECORDE NA SAFRA DESTES ANO.

"A agricultura paranaense se prepara para bater novos récores tanto na atual safra de trigo cuja colheita de 1.700.000 de toneladas deverá ocorrer a partir do próximo mês, quanto na safra de verão, para a qual se prevê uma produção superior a 12.000.000 de toneladas, considerando-se apenas quatro culturas básicas: milho, soja, feijão e arroz. Estes dados, divulgados pela Secretaria da Agricultura, demonstram não só a vocação agrícola do Estado, como também a potencialidade do nosso setor primário responsável hoje, por vinte e cinco por cento da produção nacional de grãos, e por quase vinte por cento das divisas obtidas pelo País com a exportação de produtos agropecuários. E esta capacidade produtiva, de longe está de ser esgotada, que, dá ao Paraná, condições de pleitear, a nível federal, o necessário e imprescindível suporte técnico financeiro e de infra-estrutura para que possa manter ou aumentar sua participação na luta que o Brasil move, para obter melhores resultados na produção de alimentos. Não se pode ter dúvidas também, de que, a presença do Paraná, pela fertilidade do seu solo e pelo arrojo dos seus agricultores, é indispensável para que o País concretize este desejado incremento de produção. Felizmente, o Governo Ney Braga tem sensibilidade para entender este fato e, sem conotações menores que o termo possa conter, está tirando proveito. Tanto é assim, que, visualizando a potencialidade produtiva do Paraná sob um prisma político, o Secretário da Agricultura, Reinhold Stephanes, vem se dedicando ao nem sempre fácil mister de reivindicar, e o vem fazendo, com êxito. Tanto é assim, que, graças à batalha que moveu para a extinção do absurdo e odioso sistema do endosso das notas Promissórias Rurais, o Governo Federal

acidiu-se pela transformação daquele instrumento, desonerando os produtores pela responsabilidade do pagamento de uma dívida que não era sua! Foi exercitando também seu espírito reivindicador, que o Governo paranaense conseguiu quebrar a decisão do IBDF que limitava em 28,5 hectares, a área de reflorestamento do Estado, convencendo o órgão federal a ampliar a quota para 45.000 hectares, uma decisão de suma importância, pois, caso se mantivesse a quota inferior, fatalmente o Paraná se defrontaria dentro de poucos anos, com escassez de matéria prima para as indústrias madeireiras e de papel, e celulose. Não foram poucos os que observaram, também, que, no "pacote agrícola" editado pelo Governo Federal no final do mês de maio, muitos dos seus mais importantes itens contemplaram sugestões e pedidos feitos pelo Secretário Reinhold Stephanes. Dias depois, em novas incursões: junto aos órgãos federais, o Governador Ney Braga e seu Secretário da Agricultura obtinha recursos da ordem de um milhão, setecentos mil cruzeiros para aplicação no setor agrícola paranaense, garantindo a construção de novos armazéns, a extensão das redes de eletrificação rural, além de créditos de pré-comercialização; enfim, esta é uma demonstração de que, os tempos estão mudando, no Paraná, mudando, em função de reconhecimento de que, a força agrícola do Estado pode ser sadiamente transformada em instrumento de reivindicação e de benefícios indispensáveis ao desenvolvimento paranaense, um novo Paraná que está começando a compreender e a fazer uso da força de sua terra!"

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO -- Sr. Presidente, Srs. Deputados. Vimos ontem, o Governo Federal, após a reunião do Conselho do Desenvolvimento Econômico anunciar a elevação para sete por cento, da Taxa Rodoviária Única, além de outras medidas que pegou a Nação surpresa, e por que não dizer, até revoltada; medidas que os homens do Conselho do Desenvolvimento Econômico consideram como mais uma escaramuça da chamada 'economia de guerra'.

Confessamos que acompanhamos com ceticismo, não só com ceticismo, como, com reiterada desilusão, a série de medidas que estão sendo adotadas, concluindo que assistimos uma guerra, esta sim, uma verdadeira guerra, contra o proprietário do automóvel, que se encontra agora, encurralado num canto, sendo justificado a pedradas, como se fora o responsável pelas degringoladas de nossa economia. Pretendem os tecnocratas do Governo que, todos aqueles que possuem automóvel, o tenham, unicamente como lazer. Não se dispuseram eles, ao menos, estudar a utilização do automóvel, na vida econômica da Nação.

Entendemos que o proprietário do automóvel já está usando o mínimo essencial de gasolina, como uma auto defesa, ao preço confiscatório que enfrenta e esse fato ficou agora demonstrado recentemente, durante a greve dos transportes coletivos no Rio de Janeiro. Congestionamentos incríveis se formaram no centro da cidade, demonstrando com isso, e de maneira inegável, que grande parcela dos usuários do transporte de massa, é também proprietário de automóveis.

Quer-nos parecer que está mal posto esse tratamento punitivo, como se fora o automobilista o culpado pela inação da tecnocracia que orienta a nossa economia, após a crise de 1.973, crise que, como toda a Nação sabe, foi desencadeada pela alta dos preços do petróleo. Como se de sua responsabilidade, a responsabilidade do proprietário do automóvel, fosse também a ineficiência da Petrobrás, como se culpa fosse, do proprietário do automóvel, do atraso do programa de Pró-Álcool, bem como, pela não substituição, há mais tempo, das fontes de energia alimentadora da indústria cimenteira e pela não adoção de outras providências que poderiam equi-

librar e a curto prazo, nossa balança cambial, porque, na realidade, a chamada crise do petróleo seja definida como crise cambial.

Houve, é claro, todos nós sabemos, que houve altas despesas no item: petróleo, mas a reação para procurar-se equilíbrio deveria estender-se a todos os itens, porque existem importações que já não mais se justificam, como as importações do trigo, do leite em pó e até do feijão.

É essa unilateralidade do ataque ao automóvel, que nos agride a inteligência.

Nos Estados Unidos, um pronunciamento do Presidente Carter, obteve apoio unânime da Nação, porque ele anunciou a implantação de impostos pesados sobre os lucros das multinacionais do petróleo, por ele considerados escorchantes e até agressivos à Nação americana, numa hora em que dela se cobra comedimento e o que é que fizeram as multinacionais nos Estados Unidos?

Como auto defesa elas responderam que os seus lucros desproporcionados, estavam sendo colhidos no exterior, e não nos Estados Unidos.

Não seria aqui no Brasil, então, pergunto, mais viável que se examinasse também a legislação sobre a remessa de lucros, sobre a importação de tecnologia e assistência técnica, e outros canais por onde drenam nossas minguadas disponibilidades cambiais, para se aquilatar a que volume chegam os lucros dessas multinacionais, basta examinar o balanço da Petrobrás, que consegue a proeza incrível de aumentar os seus lucros à estratosfera, mas lamentavelmente, na mesma medida que reduz a produção de petróleo, e nem se diga que esse tratamento ao proprietário de automóvel é uma contingência genérica, que esse é o papo dos tecnocratas, ocorrente em todos os países importadores de combustíveis líquidos. Claro, nós sabemos que em outros países também são implantadas medidas restritivas ao uso do automóvel. Ocorrem sim, mas medidas ao desestímulo ao uso de veículos, mas não se penaliza o seu proprietário, com taxas, preços confiscatórios pretendendo que seja ele o único a pagar todos os programas de investimento, destinados a reduzir importações.

Em síntese, o problema da energia e a crise cambial são temas de responsabilidade da Nação como um todo e deveriam ser atacados em todos os seus aspectos, abrangendo os setores a ele interligados.

Todavia, prefere-se distribuir aos mais fracos toda a carga deixando intocados os setores mais fortes. Disso deduz-se, ao examinarmos a alta de cinquenta por cento sobre o preço do diesel, alta essa que será inexoravelmente repassada à Nação, e será repassada entre ricos e pobres, sob forma de alta geral de preços. E todos nós sabemos que o consumo de diesel hoje da Nação é o mesmo que sempre o Governo aconselhou. Culpa não temos se houve mudanças na tecnologia do refino, ditadas essas mudanças pelos eternos tecnocratas que tanto têm infelicitado esta Nação.

Para infima minoria que usa o automóvel como lazer, e todos nós sabemos que efetivamente existem proprietários de automóvel que usam como lazer, mas é uma minoria.

O Sr. Gabriel Manoel -- Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento) -- Deputado, nós estamos escutando a nossa explanação sobre o problema do petróleo no Brasil. Dentro assim da nossa orientação, e apenas para reforçar o seu ponto de vista, e para que possamos externar o nosso, não vemos razão, Deputado, quando temos informações mesmo que veladas, que o Brasil exporta petróleo para países como a Argentina, aliás petróleo não, exporta gasolina já preparada a dois ou três cruzeiros o litro. Dizem que é uma política em que nós precisamos exportar para fazermos o lastro das divisas.

E é neste ponto que queria estar com Vossa Excelência, quando Vossa Excelência aborda o problema dos tecnocratas.

queriam esses homens mesmo, esses homens bitolados que mandam a gasolina para a Argentina e para outros lugares a um preço irrisório, cobram dos nossos consumidores preços exorbitantes e dizendo que isto está beneficiando a balança de pagamentos de nosso País. Então dentro da política cabocla, dentro da política dos homens que sabem que dois e dois são quatro, dentro da política dos homens que sabem que vender um artigo para uma determinada pessoa por dez e vender o mesmo artigo para outra determinada pessoa, embora estranha da nossa esfera de balança de pagamentos e do nosso sistema monetário por dois, é aí que nós não sabemos qual seria a técnica matemática desses tecnocratas que hoje lideram a política petrolífera do Brasil.

E é por isso que estamos com Vossa Excelência, e é por isso que nós admiramos a coragem de Vossa Excelência, de cobrar do Excelentíssimo Senhor Presidente da Petrobrás, ex-Ministro que hoje está lá e vendeu gasolina nossa a preço irrisório para países vizinhos sem dar uma satisfação para o povo. Porque até agora nós não compreendemos este jogo, onde o País está sendo beneficiado, onde o povo está sendo beneficiado de comprarmos gasolina a 7, 8 e 10,00 e cedermos para a Argentina, um País vizinho a 3,50, a 2,50 e 1,50.

E é por isso que Vossa Excelência está com a razão, e é por esse motivo que nós estamos com Vossa Excelência, escutando esta coragem de Vossa Excelência de vir à tribuna como nosso líder, como Líder do Governo sadio de Ney Braga, vir a público para cobrar dos tecnocratas e para dizer um basta a estes homens que estão brincando e abusando deste povo ordeiro que é o povo brasileiro. Este povo que não sei aonde chegam as limitações de sua paciência.

Porque não é possível e nem compreensível que o Ministro anterior e atual Presidente da Petrobrás, vir à televisão e dizer que vendeu gasolina a 2,50, quando nós pagávamos a 7, 8 e a 10,00 e agora vamos pagar a 14,00. Vossa Excelência tem o nosso apoio, Vossa Excelência como nosso Líder esperamos que cobre desses tecnocratas o enigma deste problema financeiro que não sabemos até agora, que vender para o brasileiro a gasolina, a dez, e vender para o argentino a 2,50 e a 3,00. Era o aparte.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e quero dividi-lo em duas partes: a primeira é que Vossa Excelência vem corroborar com aquilo que vínhamos afirmando, que a Petrobrás viu-se na contingência de vender gasolina, exportar gasolina a 1/3 do seu custo real, porque exatamente, os seus técnicos modificaram o sistema de refino, não tiveram a previsão correta e necessária para buscar novas fontes de energias, para o uso de muitas indústrias, preferiram o caminho mais fácil, que foi refinar trinta por cento de cada barril, como o óleo combustível, principalmente, para a indústria cimenteira do País.

Quando nós poderíamos usar o que temos fartamente neste País, que é o carvão. Então hoje a Petrobrás se vê efetivamente na contingência de exportar o excesso de gasolina. E mais uma vez, o aparte de Vossa Excelência corrobora com aquilo que nós dizemos, que cada vez que se altera os preços dos combustíveis, penaliza-se o proprietário do automóvel. Esquecendo-se que o automóvel hoje, é um meio de trabalho, que não é mais um meio de lazer exclusivamente.

E a segunda parte do aparte de Vossa Excelência, quero dizer, que não falo aqui como Líder do Governo, e nem como Líder da bancada, falo como Deputado representante do povo, porque a condição de Líder, não se me afigura como um processo de auto-castração, o Deputado Líder, tem as suas opiniões e deve quando julgar conveniente, expô-las à consideração do povo e dos seus eleitores, é o que estou fazendo, porque alguns segmentos da sociedade têm que começar a protestar, não somente a bancada da Oposição, a bancada do MDB nesta Casa, que estaria na obrigação de fazer mais como oposição sistemá-

tica ao Governo, os protestos em nome da coletividade.

Acho que os homens da ARENA também quando o Governo erra, como neste caso, em que o Presidente da República, embalado como está em outros sonhos, se deixa levar docilmente pela cantiga dos tecnocratas que compõem os nossos Ministérios.

Acho que as medidas tomadas ontem como a elevação da taxa rodoviária única, devia merecer um estudo mais acurado.

Então, acho que é dever de cada representante do povo nesta Casa, na devida oportunidade, em que fatos que vêm realmente contrariar, que vêm se opor aos interesses da coletividade brasileira, acontece por culpa exclusiva do Governo, pela má visão, pela má formação de visão de alguns técnicos do Governo. É preciso que todos os representantes do povo, como um todo, uníssonos, protestem para que os protestos do povo, possam efetivamente, chegar aos ouvidos do Presidente da República.

O que nós não podemos mais, é continuar aceitando todas essas medidas ditadas com uma tecnocracia que nós sabemos superada, porque existem outros meios, tais como: aumento da produção. Se aumentássemos apenas a produção do nosso trigo, poderíamos importar quarenta por cento do petróleo que consumimos neste País. Tem o aparte o Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. Nilso Sguarezi — Muito agradecido à gentileza de Vossa

Excelência e pretendo dentro do que entendo e dentro do que me parece ser a verdade, responder ao Deputado Gabriel Manoel, quando se interrogou de que não consegue entender porque se vende gasolina ou se exporta gasolina a preços tão inferiores ao exterior, quando aqui ela é tão pesada ao consumidor brasileiro.

O Governo preocupado com o problema de energia, há bem pouco tempo fez um programa na televisão, em que compareceram o Presidente da Petrobrás, o Ministro das Minas e Energia e, se não me engano, o Presidente do Conselho Nacional do Petróleo. Várias perguntas do público, foram exatamente sobre este aspecto de como e por que a gasolina no exterior é vendida tão barata e por que está sobrando gasolina. Com muita habilidade, as respostas foram dadas; mas não se deu a resposta verdadeira, que esta que era necessária que fosse dada ao povo brasileiro; e o próprio Governo admitir de que hoje se é obrigado a vender gasolina, é porque este erro não se deve à crise do petróleo.

Mas foi um erro única e exclusivamente do Governo brasileiro, quando definiu as atuais refinarias que temos, para produzir um percentual maior de gasolina, esta é que é a verdade, que pouca gente sabe porque o Governo tem omitido. E este erro quem perpetrou, foi o ex-Presidente Geisel, quando estava à testa da Petrobrás. Quando definiu que se deveria retirar do petróleo bruto, um percentual maior de gasolina.

Então as nossas refinarias estão condicionadas a tirarem este percentual de gasolina e, a partir daí, veja Vossa Excelência o que aconteceu, os caminhões que eram movidos à gasolina, passaram a ser movidos à óleo diesel; a gama infinita de tratores que se passou a produzir, passaram a consumir maior quantidade de óleo diesel. Para fornecer este óleo diesel, que é para mover a economia da agricultura para nossos transportes, que é o nosso transporte pesado, que este óleo diesel é necessário, conseqüentemente, como se iria retirar aquele percentual de gasolina, não há outra condição, vai se produzir gasolina. Por isto a gasolina está sobrando.

Entendo que não há outra saída. Realmente, o Governo tem que vender esta gasolina. Vai estocar para que? Se nós estamos, como diz o Governo, numa "economia de guerra", tem que vender esta gasolina.

Mas o Governo devia esclarecer à Nação, de que o erro foi anterior, não há mal nenhum, ninguém é perfeito. O que nos revolta é que não se confessa a verdade. As refinarias são imutáveis,

estas que foram construídas com isto aí, para mudar esta produção de petróleo, seria um custo muito grande que demandaria muito tempo.

•O que temos que entender a respeito da crise do petróleo, realmente ela é mundial, não há como negar, mas em cima deste erro, cometeram-se erros enormes, frutos da incompetência do Governo brasileiro. Isto é bom que se diga.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Concedo o aparte ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Apenas para externar o pensamento nosso ao aparte do Deputado Nilso Sguarezi.

Disse muito bem que o Governo brasileiro tem gasolina de sobra. Agora, não compreendemos porque o fechamento dos postos. Não compreendemos porque claudicar com o povo brasileiro, e não compreendemos porque o Sr. Shigeaki Ueki continua na presidência da PETROBRÁS. Porque não mudou nada, não é responsável o Presidente Geisel, o único responsável é o homem que não soube dirimir e dirigir os destinos de nossa Pátria. Este homem é o atual Presidente da PETROBRÁS. Este homem que está levando a política do Governo, a política da boa vontade do Presidente Geisel e do Presidente Figueiredo, está levando para um caminho diferente.

Nobre Deputado Erondy Silvério, se me permite, mas está levando nós, homens da ARENA, a um caminho sem solução, a um enigma que até hoje não conseguimos decifrar, se de fato existe sobra de gasolina neste País. Por que então, este racionamento? Por que o fechamento dos postos sábados e domingos, e nós ficarmos à vontade de um homem que não tem feito nada por esta Nação, que é o atual Presidente da PETROBRÁS?

Porque "mudou-se a coleira e a cachorrada é a mesma". Até hoje não resolveu o problema do petróleo. E vamos dizer isto a Vossa Excelência e diremos em praça pública, queremos uma solução para o petróleo. Se, como diz o ilustre Líder Nilso Sguarezi, - existe sobra de gasolina, vamos tirar o dinheiro de outras fontes; outras fontes alternativas como o carvão, como o xisto betuminoso, que existe muito em nosso País; vamos tirar, vamos orientar e vamos pedir orientação para o nosso Governo. E não seremos nós que ficaremos de braços cruzados, vermos a caravana passar, tripudiando sobre o povo brasileiro, e cada dia, nas alternativas dos homens do petróleo, vermos o nosso Partido, o Partido do Governo, estar sendo criticado, estar sendo claudicado por homens da Oposição, que com a devida razão estão respondendo aos anseios do povo.

Nós também devemos olhar pelo povo; nós também, como homens políticos, devemos, como Vossa Excelência, vir à tribuna e dizer ao povo que nós também estamos ao lado do povo; nós, com o nosso Governo, com o nosso Governador Ney Braga, haveremos de dizer, pelo menos um pedido lhe fazer: um basta para o ilustre Presidente da PETROBRÁS, que ache uma outra orientação, uma outra alternativa, que se faça como Jimmy Carter, que se vá à praça pública e se diga que a alternativa é o carvão; é o xisto betuminoso, mas que não vendamos a nossa gasolina a preço irrisório, o que não concordamos.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu é que agradeço.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) Deputado Erondy Silvério,

quero cumprimentá-lo por trazer à baila o tema dos mais importantes hoje no País, mas gostaria de fazer alguma retificação.

Primeiro, o erro do Governo - e vai me permitir meu Líder, não está propriamente no dimensionamento das refinarias.

O erro do Governo está no modelo econômico que nós vivemos; e na maneira como tentou resolver o problema do combustível. O que é fixo, na verdade, é que determinados tipos de petróleo - e a variação é muito pequena, mas quanti-

dades que saem de gasolina, de filoil, de Diesel, enfim, de todos os derivados do petróleo, elas são fixas.

E o que ocorreu é que no momento em que o Governo resolveu adotar a linha de aumento do preço da gasolina, com favorecimento ao óleo diesel, ele fez com que o aumento do consumo do óleo diesel fosse bastante grande com a mudança de motores para o uso do óleo diesel. Enquanto que a gasolina passou a sobrar no Brasil; foi um erro, digamos, primário, porque qualquer aluno de científico sabe que de um barril de petróleo, sai uma quantidade determinada de gasolina, que poderá variar muito pouco, em função da refinaria.

Com esse erro cometido, realmente nós aumentamos muito o consumo de diesel e passou a sobrar gasolina, porque a importação do petróleo teve, para atender o diesel, que continuar violenta. Não é possível, pegar por exemplo a querosene e transformar em gasolina. Antes, havia o equilíbrio natural, porque, através da oferta e da procura, nós tínhamos caminhões à gasolina e caminhões à diesel. Esta é a verdade.

Agora, o Governo pretende reequilibrar isso. É por isso que o óleo diesel irá aumentar, e já aumentou ontem, anteontem, violentamente, para tentar reequilibrar; o que não concordamos, obviamente.

Esse tipo de política trouxe atrás de si, uma consequência terrível, porque o Governo vendo que sobrava gasolina, boicotou totalmente, e a ARENA inclusive perdeu um Senador - e é bom que se diga, o Senador Teotônio Vilella, que fez grandes pronunciamentos, porque o Governo estava, ele próprio, boicotando o programa do álcool. Sobrava gasolina; transformar a frota de automóveis à álcool, sobriaria muito mais gasolina.

Houve um erro, na verdade, primário; quanto ao fato citado por Vossa Excelência e que o Presidente Jimmy Carter fez um apelo à Nação, e o próprio Congresso cedeu, depois de longas discussões, à sua vontade, de economizar gasolina; e que o apelo que fez o Deputado Gabriel Manoel, de que o Presidente da República deveria ir para as praças públicas pedir uma colaboração; eu diria que ela seria muito bem vinda, desde que o exemplo partisse de cima. Se hoje, antes do jogo Brasil - Argentina, o Sr. Presidente fosse à televisão e pedisse para o povo economizar gasolina, tenho absoluta certeza que o povo atenderia.

Mas, como, Srs. Deputados, se o Presidente da República, hoje, no Boing 707, que o levará ao Rio de Janeiro, e depois retornará à Brasília, ele irá gastar uma quantidade de querosene superior - veja bem, Sr. Deputado, superior ao gasto de querosene deste País inteiro, durante uma semana, em todos os candeeiros do interior do nosso País?

O que falta, e o Senhor dizia bem, o que falta é o exemplo partir de cima. Ontem, somente ontem se ventilou o fato de se proibirem as corridas de automóvel - e aqui fica a minha homenagem a um dos Deputados do meu Partido, e do nosso Estado, que já foi há três anos atrás, foi inclusive criticado, porque teve a coragem de pedir no Congresso Nacional - Deputado Pedro Lauro -, que se acabassem com as corridas, como aqui o Deputado José Domingos pediu que se acabassem com essas inutilidades das corridas feitas em Curitiba, as gincanas. Na verdade, precisamos um exemplo de cima.

Enquanto no cartódromo de Francisco Beltrão continuarem os filhos dos ricos a usarem mais gasolina durante o domingo nas corridas, do que todo o interior do meu município em isqueiro, que o Governo não sabia que o colono usava em trilhadeira, em quebrador de milho e em moto-serra, porque todo o consumo do meu município, - e eu fiz este cálculo agora ainda, o consumo de gasolina no interior de meu município, com esses equipamentos, é inferior ao que se consome num domingo, para que os filhos dos ricos corram no cartódromo da minha terra; e quantos cartódromos e quantos autódromos existem neste País?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência, e

acho ser esta uma das razões que cada Deputado deve, cada representante do povo deve ocupar a sua tribuna para denunciar esses abusos e protestar, em nome da coletividade.

Agora, Vossa Excelência tem que levar em consideração que, para a ínfima maioria que usa o automóvel como lazer, nada representa a duplicação da taxa rodoviária. Mas para o homem da classe média, que usa o seu veículo como meio de transporte forçoso, porque o Poder Público não oferece meio de transporte de massa eficiente, a carta é imerecida.

A nossa preocupação é ver a mesma tecnocracia, que no passado, mostrou-se ineficiente em adaptar a economia brasileira às realidades internacionais, vir orientar agora, como está fazendo, esta guerra em que o automobilista vira bucha para canhão.

Preocupam-nos também constatar que essas medidas continuam sendo orientadas de uma pequena cúpula que determina tudo, sem ouvir a ninguém, principalmente os setores interessados, sem a mínima preocupação de debater com a Nação os sacrifícios que ele impõe, negando as expectativas daquilo que se presume uma abertura política em andamento.

Nossa posição hoje é de que temos a responsabilidade de protestar, ou pelo menos, de exigir que se nos provejam a correção das medidas adotadas, e quais outras virão a seguir, para sabermos que guerra é esta em que estamos envolvidos...

O SR. PRESIDENTE — Comunico a Vossa Excelência que lhe falta um minuto...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência e concluirei dentro de um minuto.

... envolvidos, se persegue uma vitória nacional, que é a libertação dos combustíveis importados ou se pretende apenas estruturar uma sociedade, na qual o proprietário do automóvel aparece como marginal.

Por essa razão, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, é que requero que, após ouvida a Casa, sejam enviadas cópias deste pronunciamento ao Presidente da República e aos membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Dentro do horário reservado à ARENA, consulto à Liderança se deseja fazer uso da palavra.

Havendo declinado, no horário reservado ao MDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Na reabertura dos trabalhos legislativos, não só nas Assembléias, como no Congresso Nacional, um dos temas que a imprensa destacou seria dos mais ventilados a reformulação partidária.

E efetivamente para nós políticos, para nós Parlamentares, durante as peregrinações do recesso, deve ter sido, indiscutivelmente, a grande pergunta que as bases eleitorais, que a sociedade deve ter indagado de cada um dos Srs. Deputados: extinguem os Partidos, criam-se novos, permanecem os mesmos? É a indagação constante e a preocupação de todos.

Pode-se dizer, para sintetizar, que hoje, toda a Nação está envolvida nessa discussão da reformulação partidária.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é necessário que se faça um pequeno retrocesso das razões porquê se chegou, hoje, a este tema. Tema criado, posto em discussão pelo próprio Governo.

No Governo passado, em ares de democratização, passou-se a usar a palavra distensão. Mas, incrivelmente, foi na época em que se passou a falar em distensão que ocorreu a "Lei Falcão", que ocorreu o "pacote de abril", que ocorreu os "biônicos", a reforma do Judiciário, o fechamento do Congresso Nacional.

Sintetizando, foi na época em que o governo passou a falar em distensão que houve o maior retrocesso político a partir de 1964.

Pois bem, Srs. Deputados, revogado o AI-5 uma conquista; instauradas as vanguardas, a Nação entrou, em 1979, realmente, respirando outros ares. E isso não se pode desconhecer.

Hoje assistimos um Presidente - para mim -, mais preocupado com sua imagem social do que resolver os problemas da Nação. Para mim, o Sr. João Figueiredo mais parece um deputado daqueles que, vindos do MDB, que em 1974, inesperadamente se viram eleitos deputados e, deslumbrados, passaram todo o dia a virem à tribuna, fazerem pronunciamentos. Passado algum tempo, sumiram. E muitos deles não foram reeleitos. O povo os julgou.

Falo de homens do meu Partido.

Vejo o Sr. João Figueiredo deslumbrado com o cargo de Presidente da República, e preocupado com sua imagem pessoal, enquanto os problemas da Nação não encontram solução.

Hoje, o problema da reformulação partidária e da abertura. Trocaram o termo, de distensão - quando, na realidade, tivemos retrocesso - passa-se hoje à abertura. O que deveria significar, exatamente, atingir o ponto da democratização. O Governo joga a anistia. Uma anistia tacanha, pela metade, cujo objetivo me parece anestesiá-la a opinião pública e as oposições. Porque, dos 500 mil atingidos pelas leis do arbítrio, pela exceção, dos 15 anos de ditadura, talvez nem a metade desses punidos sejam beneficiados pelo projeto do Governo.

O Governo joga, em cima da anistia, a reformulação partidária, querendo dizer, com outras palavras, de que agora vai se mudar o jogo, de que sai MDB e ARENA do palco, ou seja, porque entre MDB e ARENA o resumo é o seguinte: um é para dar sustentação ao Governo, e o outro para fazer oposição simbólica, mas o Poder sempre ficará com esse sistema implantado, através de eleições diretas, com colégios manipulados, em que a Oposição, na realidade, nas eleições jamais terá condições para realmente disputar o Poder. Então, o pluripartidarismo, seria abrir o caminho para que o Poder fosse realmente disputado.

Doce ilusão dos que assim pensam.

Para mim, minha opinião pessoal, entendo que nada mais é do que um novo sofisma do Governo, do sistema, que no dizer até do Senador Tancredo Neves, "está se brincando de fazer novos partidos", porque os defensores da sub-legenda só justificavam a sub-legenda no bipartidarismo, e agora, incrivelmente, descaradamente, vergonhosamente, passa-se a querer e pretender de que a sub-legenda persista, no pluripartidarismo, o que, Senhores, é um paradoxo; é a negação do princípio de mais de duas legendas partidárias, do pluripartidarismo.

Portanto, me parece que o jogo está muito bem definido. A estratégia do Governo, total, é manter o Poder como está; as suas táticas é que têm variado. Agora, usa-se a tática da anistia, a tática do pluripartidarismo, mas na realidade, a estratégia total, o objetivo único deste Governo, é pintar a imagem pessoal de um homem, com o populismo, e o sistema, do outro lado, ir enganando a opinião pública, envolvendo a opinião pública, envolvendo setores do próprio MDB e da ARENA, para que, nas medidas administrativas, o Governo esteja imune às críticas, o Governo aja livremente. E, é o que nós temos sentido. Todos os políticos, todos os Parlamentares, preocupados com a reformulação partidária, e o Governo, que começou dizendo de que a sua prioridade era a agricultura, passou depois, repentinamente, para a inflação - não mais era a prioridade a agricultura, era a inflação. E já, repentinamente, para o problema energético.

Então, em seis meses de Governo, nós já tivemos três prioridades absolutas do Governo: na agricultura - não resolveram bolhufas nenhuma, dos problemas da agricultura; inflação, não resolveram coisa nenhuma da inflação; e estão aí os índices dizendo já de que no mês de julho volta o custo de vida a mais

de cinco por cento e a inflação atingirá, neste ano, mais de cinquenta por cento, e agora, para o problema da energia. E as medidas adotadas para se encontrar fontes alternativas e encontrar o racionamento, a racionalização do combustível, são as que o próprio eminente Líder da ARENA veio trazer à Casa, são desastrosas e incabíveis, cuja penalização é, sempre em cima dos menores, sempre em cima do povo brasileiro.

Então entendo, Srs. Deputados, de que, realmente, o que este Governo está fazendo, é confundir a opinião pública, e ele jamais pretendeu e pretende, em momento algum, realmente criar os pluripartidarismos para que o Poder seja realmente disputado. Não pretende o Governo realmente, deixar que o Poder seja disputado pelo povo brasileiro, isto, o Governo não vai admitir, porque no momento em que ele disse que poderiam se criar novos Partidos, sentiu que, dentro do seu próprio Partido - e foi a ARENA que se levantou no Brasil inteiro, inclusive aqui no Paraná, pedindo de que realmente deveria ser extinta a ARENA, para que aqueles que pertencem a esse Partido, tivessem mais liberdade de compatibilizar aquilo que acreditam, com sua ação política - quando o Governo viu que a ARENA se desmantelaria, sentiu que não conseguiria reunir todos em só Partido, então veio agora com este expediente da sub-legenda: "Não. Vamos formar o Arenão, e ainda permanecer as sub-legendas".

Ora, Senhores, isto no dizer do Senador Tancredo Neves, é "brincar de fazer partidos". E quando se brinca com a inteligência e se subestima a inteligência do povo, se está perto da catástrofe final.

Faça o Governo isso, extinga os Partidos, crie outros e permita a sub-legenda, engane mais uma vez o povo e, meu Deus do Céu, ninguém poderá prever o futuro desta Pátria porque os que não acreditam e os que acham que o Brasil está longe de se transformar num Irã e na Nicarágua, vejam com olhos atentos e prescretem um ambiente provocado em Belo Horizonte, provocado por uma simples greve de operários da construção civil.

O Sr. Goberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. NILSO SGUAREZI — Vejam e prescretem a revolta, o ódio que está no íntimo de cada brasileiro, e se um determinado fator ou se um determinado acontecimento ou circunstância, canalizar este ódio, este rancor, esta revolta que está no íntimo dos brasileiros, canalizar isto contra o Governo, nós teremos uma avalanche muito mais forte do que a frente sandinista, muito mais forte do que o fanatismo religioso do Irã, e talvez a nossa Nação venha a se constituir então, naquilo que todos, todos, mas principalmente do MDB, que teimosa, democrática e pacificamente, temos defendido nos Parlamentos, pacificamente temos defendido, nas limitações em que nos impõem, mas se fugir ao controle destes homens, não terá força, não terá baioneta e fuzil nenhum que cale a revolta de um inconformismo que vai no íntimo de todos os brasileiros.

Concedo inicialmente o aparte ao Deputado Nilton Friedrich, para depois concedê-lo a Vossa Excelência, pois ele solicitou primeiro.

O Sr. Nilton Friedrich — Ilustre Deputado, excelentes colocações recebo através do meu Líder, no dia em que retorno desse recesso parlamentar. A seriedade e profundidade de suas opiniões e colocações, por certo, estão contidas na profundidade também de nossa sensibilidade política e sensibilidade popular, e bem disse, ilustre Deputado, o Senador Franco Montoro: "Em publicidade, o João Figueiredo tem nota 10, mas em eficiência, nota zero".

Nenhum Governo que pretende ao menos querer ser sério, em quatro meses muda três vezes de prioridade governamental.

Triste situação está a nossa. A preocupação hoje, é desviar

a opinião pública brasileira, para a gravidade dos problemas brasileiros. Nós estamos buscando, através desse Governo, através de Secretaria que foi criada como a SECOM, que deveria ser ministério da bajulação oficial, tentando criar uma imagem falsa em torno de um ou outro nome, inclusive do Presidente da República para, mais uma vez, enganar o próprio povo.

Triste figura nós temos, ilustre Líder, do que acabou de passar na História do Brasil, do General Médici, quando Presidente da República, enquanto ele ia no Maracanã, com radinho de pilha no ouvido, ouvindo os "gols" do Flamengo, Fleury nos bastidores da polícia e porões assassinava brasileiros que defendiam a justiça nesse País, a valorização do homem e a própria dignidade da pessoa humana, e nós estamos hoje, ilustre Líder, novamente vendo a tentativa de tentar transformar mais um membro desses que vieram nesses 15 anos, na base da força e da violência, em uma imagem popularizante, mas que esquece que, quando o povo resolve, a queda da Bastilha vem, o Vietnã surge, Angola aparece, Moçambique surge, o Irã está aí, está aí Nicarágua, e não podemos nos calar, Sr. Presidente, e eu digo, ilustre Deputado que está na tribuna, diante dessa realidade cruciante. E quem veio do interior, quem veio inclusive do setor que é o mais conservador do País, está sentindo que também lá é que está o embrião da revolta pela incapacidade dos que nos dirigem.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Concedo aparte ao Deputado Gilberto Carvalho, que havia solicitado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa comunica ao nobre Deputado que tem um minuto para concluir.

O Sr. Gilberto Carvalho — Em poucos segundos, quero dizer a Vossa Excelência, nobre Deputado, que o momento é oportuno, e tudo é cogitação de pluripartidarismo, a manutenção dos atuais, como bem frisou Vossa Excelência, mas quero dar também o meu ponto de vista e dizer que é lamentável que o tempo seja bastante curto.

Não é ARENA ou MDB que se defende nesse momento, porque também sou contrário à sub-legenda. Acho que é o momento de vir o pluripartidarismo.

Sobre a extinção dos Partidos, ARENA e MDB, é uma questão de possibilitar a criação de vários Partidos. Poderia até porque a passar da fase revolucionária quando se criou o Movimento e a Aliança, é hora de se transformar em Partido. Poderia até reunir o MDB e dar uma denominação de partido, e a ARENA a mesma coisa, e possibilitar a criação de mais.

Porque Vossa Excelência há de convir comigo, que tanto na ARENA como no MDB, dificilmente será possível abrigar todas as correntes existentes. Os partidos passam a inchar agora com várias tendências e é preciso que se criem mais Partidos, para que o povo alcance aquilo que desejam todos.

E nós falamos com completa independência, porque sempre disputamos eleições diretas. Nós estamos com cinco eleições, uma de Vereador, uma de Prefeito e três de Deputado, e por isso achamos que o povo tem que participar, tem que ser ouvido, e a plenitude democrática nós poderemos alcançar com o pluripartidarismo, mas sem legenda.

E vou encerrar, nobre Deputado, para que Vossa Excelência possa concluir, e numa outra oportunidade poderemos falar mais sobre a reforma partidária.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e me parabeno por saber que Vossa Excelência é contrário ao instituto da sub-legenda. Quanto à extinção do MDB e ARENA, estou com a tese do meu Partido. Somos favoráveis ao pluripartidarismo, mas que se respeite o trabalho dos demais partidos. Tanto no MDB como na Arena existem méritos, existem anos de sofrimento e de luta, princi-

palmente nós os políticos, que temos suportado o ônus desses 15 anos, quer defendendo o regime, quer criticando ou quer contestando o regime.

Que se criem novos partidos, mas que não se violente principalmente esse passado de lutas que, nos do MDB, temos orgulho, e que também a gente da ARENA tem orgulho daquilo que fez. Não se violente destruindo uma parte da História do Brasil, uma parte importante que eu, honrosamente junto com aqueles que fazem oposição, acreditamos dia a dia que passa, que estivemos agindo do lado certo. Dia a dia que passa, em que se avolumam os erros, a incompetência e a incapacidade desses Governos e principalmente o sistema que me parece o atual Governo vem defendendo, nós consideramos termos agido no caminho certo.

E contra isso não se faça violência em terminar com uma parte desse passado que nós achamos foi dedicado inteiramente pela construção da democracia e do bem estar da Pátria, é que nós viemos fazer este pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)
O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Registramos, com satisfação, a presença em nosso plenário, dos Srs. Deputados Federais, Hélio Duque e Álvaro Dias.
Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — da Proposição nº 58/79, Proposta de Emenda à Constituição do Estado do Paraná, que dá nova redação à Alínea "B" do parágrafo 1.º do art. 92, da referida Constituição, já alterada pela Emenda nº 06, de 19/04/78.

REDAÇÃO FINAL

DA PROPOSIÇÃO Nº 58/79

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO

Art. único. — A alínea "b" do § 1.º, do art. 92 da Constituição do Estado do Paraná, alterada pela Emenda nº 06, de 19 de abril de 1978, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 92 —

§ 1.º —

a) —

b) — juízes togados com investidura limitada no tempo, os quais terão competência para julgamento de causas de pequeno valor, e, de crime a que não seja cominada pena de reclusão, e poderão substituir juízes vitalícios".

Sala das Comissões, em

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator
Aprovada. — A Mesa promulga nos termos do art. 24, § 3.º, da Constituição do Estado.

REDAÇÃO FINAL — da Proposição nº 60/79, que acresce de mais um parágrafo com redação que especifica, ao art. 107, da referida Constituição.

REDAÇÃO FINAL

DA PROPOSIÇÃO Nº 60/79

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO

Art. único. — O artigo 107 da Constituição do Paraná, fica acrescido de mais um parágrafo, com a seguinte redação:

Art. 107 —

§ 1.º —

§ 2.º —

"§ 3.º — Excetua-se da vedação do parágrafo anterior o cargo de Secretário Municipal, desde que o Vereador se licencie do exercício do mandato".

Sala das Comissões, em

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator
Aprovada. — A Mesa promulga, nos termos do art. 24, § 3.º, da Constituição do Estado.

REDAÇÃO FINAL — da Proposição nº 67/79, que dá nova redação ao artigo 94 da referida Constituição.

REDAÇÃO FINAL

DA PROPOSIÇÃO Nº 67/79

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO

Art. único — O artigo 94 da Constituição do Estado do Paraná, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 94 — O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território estadual, compõe-se de 26 (vinte e seis) desembargadores, cujo número, mediante proposta do Tribunal, poderá ser alterado por Lei".

Sala das Comissões, em

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator
Aprovada. — A Mesa promulga, nos termos do art. 24, § 3.º, da Constituição do Estado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Resolução nº 49/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Lúcia Vieira de Moraes Giglio, ocorrido na cidade de São Paulo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz de Oliveira Silvério, ex-Vereador no Município de Coronel Vivida. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Raulino Gabriel de Cordova. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlito Rudek, ocorrido na cidade de Contenda. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Leoni Germano Schwartz, ocorrido na cidade de Francisco Beltrão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento subscrito por diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Leoni Schwartz, progenitor do Sr. Deputado Deni Schwartz. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente da COPEL, consubstanciado em apelo, no sentido de que seja dado atendimento aos moradores das regiões ribeirinhas do Rio Iguaçu, por ocasião das desapropriações e desalojamento dos mesmos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Presidência do Sindicato dos Trabalhadores na construção Civil de Belo Horizonte (MG), solidarizando-se com o movimento

grevista em busca de justas reivindicações em favor da referida classe. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de ofício à TELEPAR, visando a instalação de um telefone público no Município de São José dos Pinhais. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado, dando conhecimento das informações solicitadas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, bem como ao Sr. Diretor da Polícia Civil, encarecendo providências no sentido de que seja substituído o atual Delegado do Município de Iretama, por um Delegado de carreira. — Em discussão.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo informações se houve mudança na sistemática de cobrança do ICM no Estado. —

Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Direção da SANEPAR, no sentido de que informe sobre quais os compromissos assumidos com Londrina. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da tribuna, solicitando o envio de cópias do pronunciamento lido da tribuna, ao Sr. Presidente da República e membros do C.D.E., sobre a Taxa Rodoviária Única. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Secretaria das Finanças e Departamento de Rendas Internas, encarecendo informações sobre o que se refere o inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 01, correspondente aos Municípios de Medianeira, Matelândia, Santa Helena e São Miguel do Iguaçu. — **Retirado pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 03, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.